VII Simpósio Nacional de História Cultural
HISTÓRIA CULTURAL: ESCRITAS, CIRCULAÇÃO, LEITURAS E RECEPÇÕES
Universidade de São Paulo – USP
São Paulo – SP
10 e 14 de Novembro de 2014

O SENTIDO DA LEITURA NA "CONTRAMÃO" DA CENSURA: REDES DE LEITURA ENTRE PORTUGAL E AMÉRICA PORTUGUESA NO SÉCULO XVIII

Hevilton Wisnieski da Silva*

Segundo Maria Beatriz Nizza da SILVA o livro é um fato social, ou seja, é objeto de escrita e leitura, mas também de venda, compra, colecionamento; motivo de censura, crítica e classificação; vítima de esquecimento ou algo retido pela memória coletiva. A análise das fontes porém, requer cuidado quanto ao se pretende buscar, principalmente no que diz respeito a uma sociedade portadora de um aparato censório bem elaborado como a de Portugal, no período pombalino, no século XVIII. Os documentos manuscritos que serão aqui analisados, e a própria presença de obras manuscritas, pela Europa central e Península Ibérica, evidenciam um "novo" tratamento dado às práticas de leitura nesse período tendo em vista as mudanças social e cultural que se eleva ao lado dos ideais racionais dos *philosophes*, que foram "bem recebidos" por Pombal, tendo em vista as decisões práticas tomadas por este, por exemplo, na reconstrução da cidade de Lisboa após o terremoto de 1755 em contrapartida ao estilo autoritário que o colocou no "*hall* histórico" dos déspotas esclarecidos, um paradoxo comum entre os absolutistas do século XVIII, mas que encontra talvez o seu exemplo mais extremo em Portugal[1]. Esse "estilo autoritário" pendeu para o comércio, venda, leitura e posse de livros considerados

* Mestrando, Universidade Estadual de Ponta Grossa.

[1] MAXWELL, 1996, p. 2.

inapropriados para a leitura no Reino. Essas cartas escritas nesse contexto trazem vestígios e expressões do controle sobre tais práticas, pois analisando não somente o seu conteúdo, mas também as entrelinhas, os interesses por trás das palavras, os qualitativos de tratamento utilizados na linguagem, a noção de privilégio que existia sobre ler ou possuir um livro proibido, tudo isso demonstra a importância cultural e social a que se elevaram as práticas associadas aos livros e mesmo aos manuscritos, estes que segundo *BOUZA* (2001) tenderam a aumentar em plena "era dos impressos", por conta de aparatos censórios que aspiravam ao controle sobre a leitura.

É preciso estar ciente de que uma carta manuscrita desse período é um objeto que mudou o seu estatuto, pois no período em que foi escrita, era somente uma carta[2], trazendo os interesses, os preconceitos, as preocupações, as percepções do período em que foram escritas, não foram escritas para serem lidas por um pesquisador *a posteriori*, nem mesmo pelo "público contemporâneo" seu. Assim, é fundamental estar atento aos "perigos" da interpretação precoce, principalmente no que tange a dados quantitativos, pois o acesso às formas de leitura poderia se dar de diferentes formas, a posse de um livro, não significava a sua leitura, e a leitura muitas vezes não poderia ser registrada, devido à pirataria recorrente[3] . É necessário se inserir os manuscritos nessa análise, principalmente se pensarmos que:

> "Sin que su actividad se derivase qualquer condicíon de fedatarios autorizados como sucedia en el caso de los titulares de escribanias públicas, copiar, sacar o trasladar manuscritos es um trabajo al que en los siglos XVI y XVII se dedicaron profesionalmente los llamados copistas, copiadores, escribientes o también, escribanos o escritores de libros" (BOUZA, 2001, p. 31).

Portugal e América Portuguesa no século XVIII traduzem a alegoria da fala em se tratando de documentos utilizados para analisar a leitura, sendo inserido no governo de *D. José I*, sob a égide da censura instituída pelo *Marquês de Pombal*, *Sebastião José de Carvalho e Melo*, ministro desse governo, que institui um aparato censório "eficaz" quanto à leitura, compra, venda, posse e circulação de escritos em Portugal, principalmente obras impressas. Portanto, diante de uma "máquina censória" elaborada por um político cujas características oscilavam entre o regalismo absolutista e o pensamento ilustrado, tornava as coisas um tanto quanto complicadas para os livreiros do

[2] CERTEAU, 1982, p. 79.

[3] VILLALTA, 1999, p. 16

período, uma vez que muitos deles acabavam caindo na "malha fina" da Real Mesa Censória, pois esta era muito peculiar quanto ao seu "Índex" ora repudiando, ora exaltando ideias relacionadas ao movimento intelectual europeu das Luzes, sendo contraditória a sua seleção de obras proibidas e ou alteradas, editadas. Mesmo após o período pombalino, sob o governo de D. Maria I (Real Mesa da Comissão Geral) e após, com a reintegração da Tríplice Censura (Real mesa Censória, Tribunais Eclesiásticos e Desembargo do Paço), o controle se mantém com igual teor de preocupação e repressão.

Como foi possível a circulação de ideias provenientes de obras proibidas sob a vigilância da censura? A intenção primária de um órgão censor é "apagar" a memória que não lhe convém, porém as maneiras de burlar o sistema censor, sendo o papel da carta manuscrita, muito mais do que simples formalidades na formação de uma cultura escrita em uma sociedade de letrados e iletrados. A decorrência das leituras proibidas na América Portuguesa eram frequentes nesse espaço colonial que de forma heterogênea, se converteu gradualmente em Metrópole, para se desenvolver, em níveis regionais, pensamentos autônomos os quais levaram ao planejamento de "fuga" das amarras econômicas e políticas de Portugal. Sabemos que a leitura, apropriada das mais diversas formas, se converte em ferramenta de difusão de ideias, pois:

> Quer se trate de um jornal ou de Proust, o texto não tem significação a não ser através de seus leitores; ele muda com eles, ordenando-se graças a códigos de percepção que lhe escapam. Ele só se torna texto através de sua relação com a exterioridade do leitor, por um jogo de implicações e de ardis entre duas expectativas combinadas: aquela que organiza um espaço legível (uma literalidade) e aquela que organiza uma diligência, necessária à efetuação da obra (uma leitura) (CHARTIER, 1999, p. 12)

Portanto, um projeto que busque identificar características do comércio, circulação e leitura de livros proibidos, não conseguirá fazer registros de que tipo de ideias foram difundidas de forma geral sobre a leitura feita e nem mesmo se a leitura foi feita, partindo novamente do pressuposto de que a posse de um livro não significa a leitura deste[4]

As perguntas acima podem ser respondidas pela análise de cartas manuscritas que serviam de rede de comunicação, em um contexto de forte controle justamente sobre a circulação de obras consideradas ilícitas pela Real Mesa Censória, e que estende para a

[4] VILLALTA,1999.

América Portuguesa, dada a importância econômica, que sustentava a Coroa Portuguesa após a sua independência de 1640[5] e a presença de pessoas "influentes" em território luso-brasileiro ligadas ao ministro:

> Diz Boaventura Maciel Aranha da Cidade de Braga que fazendo em seu nome dar ao prelo com todas as licenças os livros de cuidados da morte representados nas vidas dos santos portugueses- cuidados de vida – a aflição com Maria Santíssima, neste reino conservadas públicas, para o Brasil fez remeter alguns, dos quais lhe foi preciso fazer voltar em um caixote vindo da Bahia; (Carta à Real Mesa Censória, Bahia, 1769, retirada do caixote 164).

O trecho acima citado, evidência o que está sendo pressuposto neste projeto, a comunicação relacionada ao transporte de caixotes de livros entre América Portuguesa (a província da Bahia) e Portugal (a cidade de Porto), onde se encontravam em posse da alfândega. Os títulos dos livros, relacionados a "nomes santos", para uma interpretação precoce, podem passar despercebidos, porém, a pressuposição leva em conta títulos e capas e ou nomes de autores (por vezes fictícios) como potenciais evidências para se tentar burlar a censura.

Portanto, a cultura escrita, que se difunde no século XVIII "vai de encontro ao controle" sobre a leitura e posse das obras proibidas, o que se converte na dinâmica estabelecida em meio ao paradoxo ilustrado em Portugal, dinâmica que estabelece da mesma maneira que a proibição de uma obra, a procura pela leitura dessa obra, sendo assim, um segundo paradoxo seguindo a linha de pensamento de *Kenneth Maxwell* (1996). *Diogo Ramada Curto*[6], observa a cultura escrita por meio da intervenção de Madame de Stäel "O talento da escrita pode se tornar um dos poderes de um Estado livre", se referindo ao estilo dos escritores e filósofos em confronto com os magistrados, em França, em período precedente à Revolução Francesa. O talento da escrita, aliado ao desejo da leitura, e a difusão de obras proibidas, fundou uma "nova representação" na cultura escrita em Portugal.

> Malascherbes, analisando as tentativas frustradas de controle sobre a circulação de livros e leitura no século XVIII francês, estava convencido de que todas a operações destinadas a multiplicar as formas de controle e de censura, respeitantes à produção de livros, teriam como efeito inevitável o desenvolvimento de formas alternativas e

[5] MAXWELL, 1996, p. 43-44

[6] CURTO, 2001, p. 202.

> fraudulentas do comércio de livros (referindo-se aos pequenos comerciantes de livros) (CURTO, 2007, p. 207)

Podendo ser a procura por obras proibidas uma forma de encontrar a liberdade, mesmo que camuflada por interesses relacionados ao fortalecimento do Estado. O aumento da procura por livros, direta e indiretamente, expressa o contexto do século XVIII, de conflitos de pensamentos, de paradoxos e necessidades constituídas pelo "mal-estar" com o Antigo Regime, *Malascherbes*, segundo *Diogo Ramada Curto*[7] se referia na citação acima, ao contexto francês, que viu o seu mercado invadido por livros estrangeiros, mas poderia também ser aplicada a sua ideia ao contexto Português, invadido por livros de Lyon e outros países meridionais. Portanto, essas "novas representações" estavam ligadas a procura, cada vez maior, pela leitura de livros em um contexto "globalizado" de interpretações culturais, fundadas na leitura e diferentes formas de apropriação dessas leituras, e mesmo a posse, sem ser possível registrar que necessariamente implicava em leitura. O comércio legalizado de livros entre Portugal e América Portuguesa, é observado por *Diogo Ramada Curto*[8], porém o interesse aqui, é também pelas "formas alternativas e fraudulentas" do comércio de livros entre Metrópole e Colônia, o que implica nas ações da Real Mesa Censória, por meio de inquéritos relacionados a essas práticas.

Impulsionado por essas análises, é necessário transpor o Oceano Atlântico, em busca de resquícios dessas transformações em território luso-brasileiro, pois como foi observado, o contato entre o comércio de livros e a América Portuguesa ocorreu, em diferentes regiões, em níveis de intensidade diferentes, mas provavelmente sem deixar de marcar o pensamento desse lugar no século XVIII. Ao contrário do que se possa pensar, a chegada da Corte Portuguesa rumo à América em 1808, pode não ter sido a gênese do pensamento ilustrado nesse lugar, como observa SCHWARCZ[9]: "A longa viagem da biblioteca dos reis fala dessa sina. Por meio dos livros vemos desfilar os eventos políticos, são eles os condutores da narrativa- e foi com eles, e em caixotes, que a ilustração aportou no Brasil".

[7] CURTO, 2001, p. 207

[8] CURTO, 2001, p. 214-215

[9] SCHWARCZ, 2002, p. 32.

Desse forma, o foco de investigação de SCHWARCZ é a Real Biblioteca, que inclusive foi reconstruída após o terremoto de 1755, tendo em vista a destruição de várias coleções particulares e da mesma biblioteca que reunia cerca de 70.000 livros, pelo fogo que se seguiu por alguns dias após o terremoto, consolidando a destruição da cidade de Lisboa. Porém, ao se debruçar sobre períodos precedentes à vinda da Corte Real para o Brasil, através de requerimentos à Real Mesa, notamos que o fluxo de livros e manuscritos circulando entre as províncias da colônia e a Metrópole, é muito alto e os mais variados gêneros de livros se fazem presentes nas transações comerciais entre estes. Basta ter isso em mente para enfatizar a ideia de se registrar os tipos de livros e o impacto desses livros que circulavam nas diferentes províncias.

Todavia "A longa viagem da Biblioteca dos reis" traz a percepção cultural existente em Portugal durante o governo de João V, ou seja, em período anterior à tragédia que assolou Portugal no século XVIII, que evidencia como a leitura era uma forma de ostentar cultura:

> O que mais impressionou o viajante foi "um grande e excelente par de lunetas que trazia encavalitado no nariz, embora não aparentasse ter mais de trinta anos. "O barbeiro executou o serviço, apesar do aparato todo, e serviu de pretexto para reflexões sobre a nobreza local, que, carente de cultura, gostava de portar óculos para dar a impressão de muita leitura (SCHWARCZ, 2002, p. 66)

A análise das críticas de viajantes estrangeiros à corte portuguesa assim, demonstra um aspecto desse período que é a "ponta do *iceberg*", pois a cultura da leitura é focada na busca para caracterizar a nobreza portuguesa, mas em sua forma oficial, sem nesse caso, evidenciar a circulação clandestina e a forma como os portugueses se apropriavam dessa prática difundida pela nobreza.

Pois ao analisar requerimentos junto à Real Mesa, notamos a circulação de livros provenientes do comércio com Portugal em terras brasileiras, em um período anterior a esse fato:

> [...] da Bahia para a Cidade do Porto, trazendo em sua companhia os livros seguintes[10]: [...] lhe foram retidos na Alfândega da cidade do Porto, e porque dela os não pode tirar sem licença. Por Vossa Majestade seja servido passar as ordens precisas para que se lhe entreguem" (03 de março de 1770).

[10] História Universal, Opúsculo Teológicos das Instituições Beneditinas, O Ferreira de Moral, dois tomos de Despertadores Cristãos. Colocados aqui esses títulos por conta do espaço mínimo estipulado.

O projeto se justifica, pela necessidade de compreensão e de análise desse contexto paradoxal na Metrópole do século XVIII e a presença de reflexos desses conflitos intelectuais e paradoxais na colônia do mesmo período. A tentativa de mapear uma rede de comércio de livros, as rotas, as estratégias de comércio, fazer um levantamento do tipo de livro que circulava, dos discursos que legitimavam a posse e leitura de possíveis livros proibidos pelo "*índex*" da secular Real Mesa Censória, em partes, ainda não é percebida como um objetivo de pesquisa e, se aliada às pesquisas, como a desenvolvida nessa instituição (*UEPG*), se utilizando de documentos de doações de livros às instituições de um dos maiores comerciantes de livros de Portugal, segundo *Diogo Curto Ramada* (2007, p. 228) buscando compreender as relações entre os intelectuais e as instituições, pode-se obter uma densa pesquisa sobre essas relações e a procura dos intelectuais por livros em Portugal, se estendendo à América Portuguesa. O trabalho de VILLALTA (1999) envolve cartas direcionadas à *Real Mesa Censória*, pedidos de posse e leitura de livros, apropriações inclusive, analisando as leituras realizadas na Inconfidência Mineira mas não busca estabelecer ainda um mapeamento das condições comerciais e das punições no exercício da censura de livros entre Metrópole e Colônia[11].

A tentativa de se estabelecer um mapeamento do comércio, das rotas de circulação de livros entre Portugal e América Portuguesa no século XVIII, os tipos de livros que circulavam, inseridas no contexto do controle realizado (ou tentado) pela *Real Mesa Censória* e quais estratégias eram utilizadas, bem como os possíveis impactos socioculturais ocasionados nesse contexto na sociedade luso-brasileira do século XVIII, é de certa forma, o foco sobre o espaço social e a cultura escrita que são constituídos por meio da censura. Pode ser evidenciado pela pesquisa que objetive investigar uma documentação densa, relacionada à bibliografia sobre a temática do livro, da leitura e da História de Portugal no século XVIII, as ideias absolutistas ilustradas de *Pombal*, visando a estabelecer de maneira prática a reconstrução de Lisboa após o terremoto de 1755, em contraposição ao próprio argumento de "atraso português" tão difundido entre os próprios *philosophes*, como Voltaire, por exemplo, conduz a construção desse trabalho para um campo que possibilita identificar como essa "disputa intelectual" desembocou em portos

[11] Logicamente que a busca é de diálogo, o choque necessário para se avançar nas temáticas que se relacionam.

brasileiros e construiu aqui, um cenário heterogêneo de apropriação de ideias vindas da Europa "ilustrada" e como a censura interviu nesse processo de circulação e leitura de livros.

A pesquisa se desenvolverá a partir do "choque" das produções sobre a linha de pesquisa específica e sobre o contexto analisado com as fontes, que trazem em suas entrelinhas importantes representações através das preocupações, dos interesses e da própria linguagem utilizada pelos "interlocutores", uma vez que são cartas, relatórios da *Intendência de Polícia*[12] e requerimentos à *Real Mesa Censória*, relativos ao comércio de livros entre Metrópole e Colônia. Para a pesquisa elas deixam de ser cartas e passam a ser fontes, nesse caso especificamente o questionamento feito a essas fontes se relaciona com a história do livro, em um período em que ainda resiste na Europa o manuscrito, o livro ganha *status* de ostentação por um lado, e cada vez mais de perseguição, graças ao projetos absolutistas ilustrados, reformadores e conservadores ao mesmo tempo, e que, portanto, buscavam manter o controle sobre a circulação das ideias contidas nos livros e nos manuscritos:

> A cultura escrita é inseparável dos gestos violentos que a reprimem. Antes mesmo que fosse reconhecido o direito do autor sobre sua obra, a primeira afirmação de sua identidade esteve ligada à censura e à interdição dos textos tidos como subversivos pelas autoridades religiosas ou políticas. Esta "apropriação penal" dos discursos, segundo a expressão de Michel Foucault, justificou por muito tempo a destruição dos livros e a condenação de seus autores, editores ou leitores (CHARTIER, 1998, p. 23)

A condenação observada por *Chartier*, se reflete sobre a sociedade portuguesa e luso-brasileira no século XVIII, e é justamente pela representação subversiva tomada pelas autoridades do período, que temos hoje em mãos, fontes do tipo que estão sendo utilizadas aqui, tendo em vista que os requerimentos eram uma prática impregnada na cultura portuguesa, pois como já foi observado, eram o meio pelo qual se garantia o direito, restrito logicamente, de se ler obras proibidas e por isso mesmo, "interessantes" aos ávidos leitores, e era o mecanismo pelo qual os autores se sujeitavam, para provavelmente ter a sua obra editada, publicada ou comercializada, não sendo, como disse, uma generalização e uma ruptura total com as liberdades de pensamento, graças à

[12] O principal foco de análise é justamente a censura, as medidas tomadas na execução das ordens da Real Mesa Censória pela Intendência de Polícia, órgão responsável por essa execução.

resistência cultural, expressa no manuscrito, ou à invenção de nomes para a autoria de impressos, que burlando a censura, circulavam também pelas mãos dos leitores.

O mapeamento da circulação e comercialização de livros se faz presente como uma das maneiras práticas de se investigar o grau do controle que havia em terras luso-brasileiras e pode servir de base para a análise das idealizações políticas e culturais que se formaram regionalmente na relação entre os dois lados do oceano, em meio a choques culturais, diversidade, conflitos e perseguições. Isso se insere em um contexto em que as reformas estabelecidas pelo *Marquês de Pombal*, consolidam um projeto de fortalecimento vindo desde o século XVI, realizado gradualmente pelos soberanos portugueses que abriram caminho para os livreiros e impressores, isentando taxas e mesmo seguindo a linha de valorização do livro como avanço intelectual[13]. Os livreiros portugueses e os franceses também, passaram a enriquecer e se libertar do mecenato, formando uma rede de circulação de livros cada vez maior, em detrimento do seu crescimento econômico e social, constituindo uma classe tradicional no século XVIII, envolvendo relações de matrimônio, crédito para compra de livros, venda de lojas e formação de sociedades em detrimento do consumo de livros[14]. Homens de Estado, como Frei Manuel do Cenáculo, deputado da Real Mesa Censória, aparecem em listas de vendas e negociações de livros, no caso, um dos maiores compradores de livros[15].

Os documentos do período demonstram o grande interesse e os mais variados argumentos para a leitura e posse de livros e se relacionam com a vinda de livros para a América Portuguesa, que se torna um espaço de circulação de livros em suas diversas províncias. Mesmo a circulação de livros com o objetivo somente de ostentar cultura, como observa SCHWARCZ: "As monarquias apresentavam a partir de suas livrarias, como se a cultura presente nesses acervos projetasse a própria imagem do soberano", não podem ser consideradas *a posteriori* com esse único teor, pois à medida que as monarquias se apresentavam, os nobres buscavam também essa apresentação e sem que se possa aqui, estabelecer registros, a leitura, a posse e circulação de livros, poderia ser apropriada nos mais diversos objetivos também intelectuais: "Por outro lado, uma biblioteca correspondia também a problemas concretos, como é o caso do

[13] SCHWARCZ, 2002, p. 70.

[14] CURTO, 2007, p. 227.

[15] CURTO, 2007, p. 228.

desenvolvimento dos estudos geográficos e cartográficos que se referiam ao conflito luso-espanhol nos domínios e limites da América do Sul"[16].

Os usos dos livros eram frequentes, e a busca pelos tipos de livros que circulavam em determinado tempo e espaço, bem como as condições de circulação, trazem possibilidades de se conhecer interesses e mesmo fatos que se consolidaram a partir de ideias retiradas das leituras de livros. As fontes disponíveis poderão dar conta dessa análise, na medida em que trazem nos requerimentos, relações dos livros que circulavam nos caixotes, títulos, autores e quantidade, criando espaço para uma investigação consistente com a bibliografia existente, como por exemplo, o já citado, Luis Carlos Villalta, entre outros, abrindo margem para uma compreensão mais extensa sobre a apropriação cultural a partir das leituras realizadas no período em questão. Assim, é pertinente afirmar que as fontes primárias, são o resultado da busca pelo reconhecimento público da cultura como um valor pessoal e coletivo do Império, das renovações intelectuais, controladas pelo desejo de poder, e das formas de se burlar esse controle, a partir da busca pelo conhecimento além das barreiras dos privilégios de leitura que se construíram de acordo com interesses nacionais e comerciais, mas, paradoxalmente, também religiosos. A bibliografia revisada e atrelada ou em "choque" à análise das fontes, tem a capacidade de dar conta dos pressupostos do projeto.

FONTES

Serão utilizados requerimentos manuscritos à *Real Mesa Censória* relativos ao comércio de livros entre Brasil e Portugal, pedidos de posse e leitura de livros proibidos e pedidos de livreiros para transportar livros dentro do Império e também relatórios da Intendência de polícia de Portugal, que eram os que executavam as prisões de livros proibidos e também dos acusados de possuí-los, comercializar ou fazer circular, durante o a jurisdição da *Real Mesa Censória*, ambos também manuscritos, os quais tenho disponibilizados em formato digitalizado, os retirados dos arquivos digitais da *Torre do Tombo*. Estes documentos, como fontes primárias serão analisados e possibilitarão uma produção inicial, lembrando que serão buscadas fontes primárias que complementarão o trabalho, muitas destas poderão ser levantadas nos próprios arquivos digitais, porém, a pesquisa pode exigir a busca por documentos na própria *Torre do Tombo* em Portugal.

[16] SCHWARCZ, 2002, p. 71.

Com esse levantamento, será possível finalizar a pesquisa, com resultados novos e satisfatórios com relação à bibliografia já existente. Como já foi comentado as fontes permitem investigar a problemática proposta, por que trazem, além de características contextuais, a sua própria existência (a das fontes), implica o aparato censório organizado no período administrado por Carvalho e Mello – recorte temporal – pois com a censura pombalina, paradoxal e rigorosa, tais requerimentos se transformaram hoje, em fontes disponíveis para a pesquisa. A ideia "popular" de que o que é proibido, é mais interessante, pode ter fortalecido a busca pela leitura e posse de livros e a representação de cultura relacionada a estas, permitiu um maior alcance das apropriações da cultura escrita através da leitura e difusão de ideias.

Portanto, os interesses expressados nos documentos e as entrelinhas, os aspectos que não se desejava que fossem percebidos no momento em que se escreveram esses relatórios, trazem consigo vestígios das transformações que ocorreram no período, bem como das particularidades da ilustração portuguesa, entre a razão e a tradição, que seriam também burladas pela busca do conhecimento que tanto se falava no Além-Pirineus do século XVIII, e que circulava pelas terras portuguesas, pelas entrelinhas do próprio sistema de censura *a priori:*

> Em história, tudo começa com o gesto de separar, de reunir, de transformar em "documentos" certos objetos distribuídos de outra maneira. Esta nova distribuição cultural é o primeiro trabalho. Na realidade, ela consiste em *produzir* tais documentos, pelo simples fato de recopiar, transcrever ou fotografar estes objetos mudando ao mesmo tempo o seu lugar ou estatuto (CERTEAU, 1982, p. 81)

Os requerimentos e relatórios, aqui são fontes, mudado o seu estatuto, retirados de seu uso original, e transformados de acordo com o sentido deste tempo, portanto atual e válido como forma de investigação, elaborada a partir de problemáticas do presente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOUZA-ÁLVARES, Fernando. **Corre Manuscrito**: Una historia cultural del siglo de Oro. Madrid: Marcial Pons, 2001.

CURTO, Diogo Ramada. **1959-Cultura Escrita:** séculos XV a XVIII. - Diogo Ramada Curto, Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais, 2007.

VILLALTA, Luis Carlos. **Reformismo Ilustrado, Censura e Práticas de Leitura:** Usos do Livro na América Portuguesa. 1999. 442f. Tese (Doutorado)- Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de São Paulo- USP, São Paulo, 1999.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **A longa Viagem da Biblioteca dos Reis:** do terremoto de Lisboa à independência do Brasil. São Paulo: Companhia das letras, 2002.

CHARTIER, Roger. **A Aventura do Livro:** do leitor ao navegador: Conversações com Jean Lebrun/ Roger Chartier; tradução Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes — São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Editora UNESP, 1998.

CHARTIER, Roger. **A Ordem dos Livros:** leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII. Tradução: Mary Del Priori. Brasília: Ed. UNB, 1999.

CERTEAU, Michel. A operação historiográfica. In:_____ (Org.). **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. p. 65-119.